

CAPÍTULO 3

LEITURA E ESCRITA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Vanda Ester Lira Costa
vandaester@hotmail.com

RESUMO

Atualmente há uma grande necessidade de se desenvolverem habilidades de leitura e de escrita para o melhor desempenho dos alunos nas práticas sociais. Percebe-se, no entanto, um abismo entre as práticas de leitura e de escrita trabalhadas na escola e seu efetivo uso na sociedade. Neste contexto, ensinar a ler e a escrever deve ser uma das principais funções da escola, porém o ensino ainda está preso a propostas metodológicas tradicionais, em que o professor é personagem principal e fonte única do discurso, sem dar ao aluno a oportunidade de assumir uma postura mais ativa em sala de aula. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é compreender o desenvolvimento do processo de aprendizagem da leitura e da escrita nas turmas do Ensino Fundamental Maior em um contexto de ensino (não) voltado para as práticas de letramento. A base teórica é constituída principalmente por: Magda Soares (2012), Ângela B. Kleiman (2012), Sírio Possenti (2012), Delia Lerner (2002), dentre outros. A metodologia aplicada é o a pesquisa bibliográfica. Espera-se que este trabalho possa contribuir para que o tema letramento seja contemplado ainda mais nas ações dos docentes na sala de aula, contribuindo, assim, para o sucesso escolar e social dos estudantes.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem, leitura, escrita, letramento.

INTRODUÇÃO

A leitura se constitui como um dos avanços à busca do conhecimento sistemático e aprofundado. Para ler com eficiência, a criança necessita dominar as técnicas de reconhecimentos das palavras, de modo que possa aplicá-las de maneira automática e instantânea.

Sabemos o quanto é importante para os alunos adquirirem, cada vez mais, autonomia na produção do conhecimento, visto que ao se instruírem, participam efetivamente da sociedade. Por isso concordo com Lerner (2002, p.18) quando coloca:

O necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir.

Ou seja, o sujeito que sabe ler e escrever com proficiência tem mais condições de se desenvolver intelectualmente e de desempenhar a contento o papel que lhe cabe na sociedade em que está inserido. Isto exige da instituição escolar estimular a leitura e a escrita como práticas inseridas em um contexto social.

Por outro lado, também requer por parte do professor base teórica consistente, formação constante, além de disposição para trabalhar de maneira versátil e sistemática, com uma metodologia eficaz e dinâmica para desenvolver nos educandos aptidões e habilidades a fim de ajudá-los a lidar com os mais diversos gêneros de textos, sobre diferentes assuntos.

Sendo a finalidade educacional aperfeiçoar a competência leitora e escritora, é imprescindível oferecer condições necessárias para assim não correr o risco de proporcionar uma prática pedagógica ineficaz.

O ensino permanece ainda preso a propostas metodológicas pautadas por uma grade curricular tradicional, na qual o professor é constituído como personagem principal e fonte única do discurso. O professor se prende a currículos e conteúdos descontextualizados com a prática social do educando. Quando o professor trabalhar um texto esse tem que ter relação com o contexto e com a vivência do aluno para que o mesmo tenha valor significativo.

O desenvolvimento da linguagem, em um processo de interação entre os sujeitos, significa levar o aluno a ser, sobretudo, um usuário consciente de que cada habilidade linguística tem um espaço específico de uso. Nesse sentido, vemos o letramento como contribuição para o desenvolvimento pleno do educando, criando condições para compreender a necessidade da leitura e da escrita e seus usos nas diversas esferas sociais e aquisição de uma consciência crítica.

O letramento, mais do que simplesmente decifrar códigos, envolve as práticas sociais de leitura e escrita e os valores atribuídos a essas práticas, com as diferentes funções que a leitura e escrita desempenham na nossa vida.

Para Kleiman (2012, p.4), “os estudos do letramento, partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem.”

Nessa perspectiva, este trabalho pretenderá compreender por meio da pesquisa bibliográfica o processo de aprendizagem da leitura e da escrita dentro de um contexto de ensino voltado para as práticas de letramento e,

para isso, irá analisar fatores que interferem no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos.

Os pressupostos teóricos a fundamentarem este trabalho estão respaldados pelas autoras Magda Soares (2012) e Angela B. Kleiman (2012) a respeito do letramento e suas práticas; mais os estudos sobre o ensino de língua portuguesa de Marcos Bagno (2002), Irandé Antunes (2003), João Wanderley Geraldi (2002), Sírio Possenti (2012), dentre outros, por considerarem que ler e escrever só faz sentido quando estão vinculados a eventos autênticos, existentes em situações verdadeiras.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa nasce quando surge uma inquietação, um questionamento provocado pela curiosidade de compreender como acontece determinado processo. Fazenda (1991) refere-se à pesquisa como uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento “novo” a respeito de uma área ou um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito dele.

Sendo assim, pretende-se investigar fatores que interferem no pleno desenvolvimento das práticas de leitura e escrita dos alunos do ensino fundamental dos anos finais pelos conhecimentos de autores que discutem o tema.

Atualmente há uma grande necessidade de se desenvolverem habilidades de leitura e de escrita para o melhor desempenho das práticas sociais existentes na sociedade sendo uma das tarefas da escola possibilitar o uso dessas competências de maneira que possam estabelecer condições para que o aluno se torne um leitor crítico e um produtor de textos competente e autônomo. Conforme Soares (2012, p.6)

É obrigação da escola dar amplo e irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária: a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição: a leitura que situações da vida real exigem, mas também a leitura que nos permita escapar por alguns momentos da vida real.

A escola, no entanto, não consegue cumprir com um dos seus principais objetivos que é o de levar os alunos a lerem e escreverem com eficiência. Existem aqueles que só escrevem e não leem o que produziram; há outros que podem ler, mas não conseguem escrever ou interpretar o que leem. Notadamente o ensino da língua portuguesa, ainda preso a propostas metodológicas e curriculares tradicionais e ultrapassadas.

Percebe-se, desse modo, um abismo entre as práticas de leitura e de escrita trabalhadas na escola e seu efetivo uso na sociedade. O processo de ensino aprendizagem é configurado como um mundo à parte da realidade e

os alunos são impelidos à apropriação de atividades a que se atribuem pouco ou nenhum significado, não sendo preparados adequadamente para utilização de práticas condizentes aos contextos sociais nos quais estão ou podem ser inseridos.

Para Travaglia (2009) há uma ausência quase total de atividades de produção e compreensão de textos. Observa-se também uma concentração muito grande no uso de metalinguagem no ensino de gramática teórica para a identificação e classificação de categorias e funções dos elementos linguísticos, o que caracterizaria um ensino descritivo. A maior parte do tempo das aulas é gasta no aprendizado e utilização dessa metalinguagem, o que não avança, pois, ano após ano, se insiste na repetição dos mesmos tópicos gramaticais.

O papel da escola, entre outros, é o de proporcionar aos alunos a possibilidade de circular entre as práticas sociais com a leitura e a escrita articulando as questões trazidas da realidade familiar e as suas possíveis articulações no universo escolar, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998, pág. 30), nos quais é afirmado que cabe à escola “ Viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. ”

Mesmo assim, vemos poucas mudanças na situação do ensino de língua portuguesa nos últimos anos e em grande parte das escolas. A propósito, Travaglia (2009, p.106) entende que:

Embora reconheça problemas básicos no fato de se gastar 80% do tempo das aulas com o ensino de teoria gramatical, o professor não consegue mudar fundamentalmente de atitude e passar a fazer um ensino diferente daquele que tem desenvolvido desde há muito em nossas escolas.

Durante muito tempo a escola tem ensinado a leitura e a escrita por meio de frases descontextualizadas, de textos que não existem fora da escola. Assim, não se pode esperar a formação de indivíduos letrados, se o que a escola ensina está totalmente dissociado da realidade social do aluno. Por conseguinte, o desafio da escola, hoje, é o de tornar os alunos leitores e escritores plenos e competentes. Conforme aponta Lerner (2002) o desafio é formar praticantes da leitura e da escrita e não apenas sujeitos que possam decifrar o sistema de escrita.

Muito ainda precisa ser feito em relação à aquisição das habilidades de leitura e de escrita por parte do aluno, muito pouco ainda se vê, de fato, nas atividades aplicadas na escola, ainda fundadas no ensino e no uso de normas da gramática tradicional, que priorizam exercícios de memorização, de nomenclaturas e de classificações de análise sintática. Conforme pontua Bagno (2002) quase não se vê atividades de leitura e escrita que privilegiem o uso social do idioma.

O ensino tradicional tem se limitado a ensinar a escrita e a leitura às crianças para, uma vez (mal) alfabetizadas, começar o processo doloroso (para o aluno e o professor) de inculcação mecânica da nomenclatura gramatical tradicional, acompanhado dos áridos exercícios de classificação morfológica e análise sintática por meio de frases descontextualizadas, artificiais, banais, quando não francamente ridículas e/ou incongruentes.

A escola tem a função de proporcionar um ensino no qual o estudante tenha a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos em suas práticas sociais. Para isso, é necessário romper com o tradicionalismo e com os precários métodos de ensino. É preciso que a leitura e a escrita na escola também cumpram uma função social.

Uma importante observação também é feita por Antunes (2003, p.110) acerca da metodologia de ensino de língua portuguesa nas escolas. Para a autora, “se o texto é o objeto de estudo [...] o texto é que vai conduzindo nossa análise e em função dele é que vamos recorrendo às determinações gramaticais.” Ou seja, o texto deveria ser estudado “sempre em função do todo”, a partir de e em função dele vamos conduzindo a análise e a compreensão de forma ampla desenvolvendo os saberes gramaticais e lexicais imprescindíveis para o entendimento do texto.

Quer dizer, o fim deveria ser o de ampliar a competência do aluno para o exercício cada vez mais pleno e fluente da leitura e da escrita e é neste sentido que seria definido o conteúdo em torno do qual professor e aluno realizariam as atividades de ensino e aprendizagem.

Desse modo, concorda-se com Travaglia (2009) ao colocar que o objetivo de ensino de leitura e escrita é desenvolver a capacidade de produzir, ler e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação, então, deve-se propiciar o contato e o trabalho do aluno com textos utilizados em situações de interação comunicativa as mais variadas possíveis.

Entretanto percebe-se que o texto serve somente como apoio para retirar exemplos ou exercícios gramaticais e isso tende a restringir as possibilidades de construção e compreensão dos sentidos do texto lido e/ou produzido pelo educando deixando de ser o que deveria, ou seja, o próprio objeto de estudo.

Mesmo com o aparecimento e a divulgação de novas concepções teóricas referentes ao ensino da língua materna, ainda impera na prática uma visão tradicionalista de educação pautada na imagem central do professor como único conhecedor do conteúdo e do aluno visto como o sujeito, repositório de conhecimentos, que deve estar passivo para receber informação.

É extremamente importante que a escola, como principal agente de letramento, trabalhe a apropriação da leitura e da escrita de forma significativa para que assim os alunos não tenham dificuldades de realizar as práticas sociais de leitura e escrita, visto que ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros.

Nas escolas é necessário ter oportunidades de vivenciar situações que envolvam a escrita e a leitura e que possam se inserir em um mundo letrado. Nesse sentido, o letramento colabora para o desenvolvimento pleno do educando, logo cabe aqui concordar com Possenti (2012, p.47) quando diz “*não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas.*” (grifo do autor)

Portanto só se aprende a ler, lendo, só se aprende a escrever, escrevendo, vivendo experiências positivas de leitura e de escrita, com as quais o aluno tem a possibilidade de compreender de fato o que lê e o que escreve. Ler e escrever são trabalhos essenciais no processo de aprendizagem e o papel desempenhado pelo professor, nesse caso, é o de proporcionar o contato com diferentes gêneros textuais.

Quanto à ação docente, a relação entre a teoria e a prática educacional é sem dúvida, um dos problemas que o professor recém-saído da universidade tem enfrentado amiúde. Podemos nos referir ao fato de que os próprios cursos de formação, no caso, os da área de língua portuguesa, não têm atuado no sentido de que os avanços na pesquisa em língua materna sejam aplicados junto com as práticas de ensino e aprendizagem, pois não proporcionam situações concretas para que o docente consiga interagir aliando os conceitos teóricos estudados durante sua formação acadêmica com atividades práticas para a aplicação do conhecimento adquirido.

Logo, muitos professores mantêm a crença que ensinar a língua portuguesa é essencialmente ensinar gramática e suas classificações e, nas escolas, o ensino segue totalmente desvinculado, descontextualizado, distante das verdadeiras necessidades dos alunos. Já existem os que deixaram de acreditar em tal prática, no entanto são vários os empecilhos enfrentados ao longo do caminho, seja no aspecto estrutural ou mesmo por não saberem como modificar seus métodos em sala de aula.

É na escola onde o aluno deve ter a oportunidade de vivenciar diferentes práticas de leitura e escrita e apropriar-se de gêneros discursivos variados e desenvolvê-los, por isso a ação pedagógica é imprescindível e deve estar comprometida efetivamente com a produtividade que contemple de maneira articulada as experiências com as práticas da sala de aula. É preciso, por conseguinte, abandonar as práticas de ensino tradicionais, centradas na transmissão/recepção de conhecimentos, em favor de uma sala de aula, como assinala Geraldini (2002, p.21), “lugar de interação verbal, de diálogo entre sujeitos portadores de diferentes saberes”.

2.1 A ESCRITA NA FORMAÇÃO DO SABER

A escrita se constituiu um fator de interação entre os sujeitos, enquanto a leitura é uma forma eficaz de entendimento do mundo. A escrita integra o nosso cotidiano de forma tão familiar que seu uso passa despercebido para os grupos letrados, uma atividade rotineira como fazer uma lista de compras para ir ao supermercado, por exemplo, que pode ser

mais uma forma de se comunicar e de agir sobre o meio social, para outros pode se tornar um verdadeiro obstáculo.

A leitura representa um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, que se estendem desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos (Soares ,2012, p.68). Em todas as formas de leitura, nosso conhecimento já adquirido em leituras anteriores é fundamental, para que haja uma melhor compreensão e ampliação dos respectivos conhecimentos. A leitura não se esgota no momento em que se lê, ela se espalha por todo o processo de compreensão que antecede o texto; produzindo efeitos na vida e no convívio com outras pessoas. Conforme Lerner (2002, p.73):

Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita.

Significa dizer que não é suficiente apenas aprender a ler e a escrever. Nesse contexto, a alfabetização torna-se condição mínima para responder adequadamente às demandas da sociedade. Sendo práticas complementares, leitura e escrita estão fortemente relacionadas e requerem do aluno competências específicas para que ele possa se apropriar do conteúdo lido de forma a significá-lo no seu dia a dia.

Aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las, mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural. Devemos trabalhar em prol da fusão das práticas de leitura e escrita dentro do ambiente escolar, favorecendo ao aluno alfabetizar-se e também letrar-se. Pois, como enfatiza Lerner (2002, p.18):

O necessário é preservar na escola o sentido que a leitura e a escrita têm como práticas sociais, para conseguir que os seus alunos se apropriem delas possibilitando que se incorporem à comunidade de leitores e escritores, a fim de que consigam ser cidadãos da cultura escrita.

A leitura ajuda a criar familiaridade com a escrita. Geraldi (2002) entende a leitura como um processo de interlocução em que o aluno não é um leitor passivo, mas o agente que busca significações. E nesse processo a posição do professor deve ser de um interlocutor presente.

E para conceituar essa nova prática surgiu o termo letramento que é, pois, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Segundo Kleiman (2012,

p.19), significa “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

Para Soares (2012, p. 17) o nível de letramento está fundamentalmente ligado com as condições sociais, culturais e econômicas da população. Letrado, então, não é mais “só aquele que é versado em letras ou literaturas”, e sim “aquele que, além de dominar a leitura e a escrita, faz uso competente e frequente de ambas”.

Quando a escola dá valor às práticas de letramento, permite ao sujeito uma atuação mais autônoma diante do mundo. O domínio da linguagem não é somente aprender as palavras, mas apropriar-se de seus significados culturais e a partir deles entender como a sociedade compreende e interpreta a realidade.

Ainda, segundo Soares (2012), o letramento consiste de um grande número de diferentes habilidades, aplicadas a um vasto conjunto de materiais de leitura e gêneros de escrita, e refere-se a uma variedade de usos da leitura e da escrita, praticadas em contextos sociais diferentes.

Letramento é muito mais que simplesmente decifrar códigos, ele é um estado, uma condição: o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita.

Por isso é indispensável criarmos “condições para o letramento”, onde haja escolarização real e efetiva da população, pois apenas decodificar palavras já não é satisfatório para capacitar os indivíduos. Neste processo o educador deve estar capacitado e atualizado para responder a estas transformações. Pertence a ele, fundamentalmente, induzir os alunos a um processo ainda mais profundo nas práticas sociais que envolvem o ler e o escrever.

2.2 AS PRÁTICAS DA LEITURA E ESCRITA

A instituição escolar deve distinguir e apreciar as práticas letradas que já faz parte do cotidiano dos alunos, possibilitando o trabalho com gêneros discursivos que tenham significado para esses sujeitos. Para que as práticas de letramento sejam bem-sucedidas, é preciso entender que família e comunidade e escola são espaços de constituição e ressignificação de valores culturais e sociais, logo devem viver o processo da mesma forma, mediante variadas interações.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) o objetivo central do ensino é que o aluno aprenda a ler, a interpretar textos e a produzir com competência discursiva. À medida que o aluno seja capaz de dominar novos textos escritos, o aprendizado do ler e escrever vão sendo construídos de forma contínua. Desse modo, tornam-se leitores de textos cada vez mais complexos e, assim, enriquecem novas habilidades e novos conhecimentos.

A escola exerce um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem de leitura e de escrita, mas tão importante quanto é a influência da família nas práticas de letramento. O desenvolvimento e o crescimento do aluno em relação à leitura irão depender primordialmente do fácil acesso ou não aos materiais de leitura e aí estão incluídos não somente o uso de livros didáticos e paradidáticos, mas também a leitura de materiais de uso cotidiano.

Muitos alunos não gostam das aulas de Português, isso porque associam o não saber a língua materna com o conhecer normas e regras implantadas no Ensino. Para Travaglia (1997) isso acontece porque o ensino do Português no ambiente escolar tem sido preso às regras de gramática normativa. O professor se prende a currículos e conteúdos descontextualizados com a prática social do educando.

Ainda para Travaglia e Koch (2004) o conhecimento de mundo do educando é um ponto chave para a interpretação da leitura. Quando o professor trabalhar um texto esse tem que ter relação com o contexto e com a vivência do aluno para que o mesmo tenha valor significativo.

O trabalho com a leitura, compreensão e a produção escrita deve ter como meta primordial o desenvolvimento no aluno de habilidades que façam com que ele tenha capacidade de usar um número sempre maior de recursos da língua para produzir efeitos de sentido de forma adequada a cada situação específica de interação humana, assim vale a pena considerar que as discussões feitas por Marcuschi, em defesa da abordagem textual a partir dos Gêneros Textuais.

Marcuschi (2002) firma que o trabalho com o gênero é uma grande oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia, e que os Gêneros Textuais são importantes para a produção e para a compreensão de textos. Já Travaglia (1997) diz que o Gênero Textual se caracteriza por exercer uma função social específica. Para ele, estas funções sociais são pressentidas e vivenciadas pelos usuários. Isso equivale dizer que, intuitivamente, sabemos que gênero usar em momentos específicos de interação, de acordo com a função social dele.

Entende-se a produção de texto como um processo que vai exigir do produtor a ativação de conhecimentos e a utilização de várias estratégias, buscando compreender não só o produto acabado, mas todas as implicações que levaram à constituição da obra no fim desse processo pois elaborar um texto escrito é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação das ideias ou das informações, através de sinais gráficos.

Ou seja, produzir um texto escrito não é uma tarefa que implica apenas o ato de escrever: Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis, supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e Inter complementares, que vão desde o planejamento, passando pela escrita propriamente, até o momento posterior da revisão e da reescrita.

Abordando os gêneros, a escola estaria dando ao aluno a oportunidade de se apropriar devidamente de diferentes Gêneros Textuais socialmente utilizados, sabendo movimentar-se no dia a dia da interação

humana, percebendo que o exercício da linguagem será o lugar da sua constituição como sujeito. A atividade com a língua, assim, favorecerá o exercício da interação humana, da participação social dentro de uma sociedade letrada.

A sugestão de estudiosos do assunto é em se levar para a sala de aula, e de se trabalhar, textos de diferentes tipos e gêneros, confrontando-os, diferenciando os níveis de língua empregados em cada especificidade, fazendo, como exercício, a transposição de um nível para outro, de um gênero para o outro, atentando-se para os efeitos de sentido que a pertinência, ou não, do nível de língua usado pode provocar, observando que é o contexto que convoca este ou aquele tipo e gênero de texto, bem como o nível de língua mais apropriado.

O professor deve repensar seu trabalho com a leitura e a produção de textos, desenvolvendo-as de maneira integrada e estimulando os alunos a serem efetivamente coparticipantes nesse processo, lendo também o que seja de seu agrado e proveito, não só para confrontar o professor, e produzindo seus textos, mas para estarem realmente preparados para produzirem com adequação qualquer tipo de texto em qualquer situação com a qual se deparem em sua vida.

Trabalhando desse modo, o professor estará, efetivamente, colaborando para que os alunos desenvolvam e estruturam sua competência comunicativa, tornando-se aptos ao usarem melhor sua língua não apenas com aperfeiçoamento de tipo estrutural, de correção, de estruturas e aquisição de estruturas novas, mais também e, sobretudo como obtenção de sucesso na adequação do ato verbal às situações de comunicação.

O trabalho com Gêneros Textuais são recursos de valorização cultural e respeito à diversidade, bem como de aprendizagem. Assim, é preciso que se reconheça que a escola é o lugar de interseção inevitável entre o saber erudito - científico e o senso comum, e que isso deve ser empregado em favor do/a estudante e da formação de sua cidadania.

O hábito de ler, entender e confrontar ideias deve ser motivado nas aulas, através das atividades propostas com diversos gêneros textuais, para que o aluno perceba que pode reconstruir e recriar o que foi escrito, participando como coautor das produções, pois a aprendizagem da língua de acordo com Widdowson (1991), é que o educando adquirira a competência comunicativa para interpretar o mundo que o cerca, que relacione o conteúdo desenvolvido com a ação prática, tendo um ensino voltado na integração social, indispensável ao seu desenvolvimento humano.

É papel de o educador motivar o aluno a fim de despertar-lhe a habilidade de ler, interpretar e refletir sobre suas ideias e vivências, atuando na sociedade como um ser ativo, que constrói sua competência e seus conhecimentos por meio da ação-reflexão-ação.

3 CONCLUSÃO

A escrita constitui-se de um processo, no qual o texto sempre será passível de adequações, com o objetivo de melhor expor as intenções do autor. A reescrita, por sua vez, vem mostrar-se como uma atividade de extrema importância para esse processo, uma vez que permite aos produtores de texto a reorganização de suas ideias.

Espera-se que esse trabalho possa servir como um ponto de partida para a reflexão sobre o ensino da escrita, tão indispensável nos nossos dias e, especificamente, sobre a produção de texto no ensino superior.

Acredita-se que a análise feita aqui possa contribuir para as atividades que encaminham a produção textual, no sentido de explorar, junto aos alunos, a capacidade de reescrever seus próprios textos e, com isso, despertar para o entendimento de que tal atividade constitui-se como um processo, no qual o texto estará sempre sujeito a adequações.

Que os educadores possam buscar meios de melhorar o processo ensino-aprendizagem, modificando as práticas metodológicas no que diz respeito ao ensino da produção textual nas escolas, para que o aluno possa desenvolver sua competência linguística e produção de textos de forma significativa e contextual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES. I. **Aulas de Português- encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. vol. 2, Brasília: 1998.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto em sala de aula**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2002.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 2012.

KOCH, I. G. V. TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 16. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**, Porto Alegre, Artmed, 2002;

MARCUSCHI, L. A. “**Gêneros textuais: definição e funcionalidade**”. In. DIONÍSIO, Â. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 1ª ed., Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SOARES, Magda, **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997

WIDDOWSON, H.G. **O ensino de línguas para comunicação**. Campinas: Pontes, 1991.